



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ACTA N.º 05/2014

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2014
INICIADA ÀS 14 HORAS E 35 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 19 HORAS E 30 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA	04
- ORDEM DO DIA.....	10
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	26
- ENCERRAMENTO.....	26

ACTA N.º 05/ 2014

ABERTURA

Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro de dois mil e catorze, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Prof. Doutor Manuel José dos Santos Silva** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - Orçamento para 2015, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Actividades Municipais, Mapas de Pessoal, Actualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município, e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos;
- 2.3** - 1.ª Revisão Orçamental de 2014;
- 2.4** - Contratação de Empréstimo a Curto Prazo;
- 2.5** - Participações Sociais na Parkurbis:
 - Alienação à ICOVI
 - Aquisição à Caixa Capital;
- 2.6** - Acordos de Execução com as Freguesias
 - Proposta de modificação
 - Boidobra
- 2.7** - Contrato de Delegação de Competências nas Freguesias: Boidobra; Barco e Coutada; Covilhã e Canhoso; Erada
 - Contratação de Pessoal para Acompanhamento do Serviço de Refeições; Prolongamento de Horário e Transporte Escolar – Escolas do 1.º Ciclo e Jardins de Infância
- 2.8** - Contrato de Delegação de Competências nas Freguesias: Dominguiso; Vale Formoso e Aldeia do Souto; Verdelhos e Paul
 - Contratação de Pessoal para Actividades de Animação e de Apoio à Família no Pré-Escolar;
- 2.9**- Candidatura ao Empréstimo Quadro (EQ) para celebração de empréstimo para a componente própria do financiamento aprovado do Projecto de Investimento:
 - Elevador do Jardim Público;
 - Renovação do Posto de Turismo da Covilhã;
- 2.10** - Delimitação da ARU – Centros Urbanos:
 - Covilhã; Peraboa; Boidobra; Ferro; Aldeia de São Francisco de Assis; Aldeia do Souto; Cortes do Meio; Erada; Orjais; Paul; São Jorge da Beira; Sarzedo; Sobral de São Miguel; Teixoso; Tortosendo; Unhais da Serra; Vale Formoso; Coutada; Barco; Peso; Vales do Rio; Dominguiso; Casegas; Ourondo; Canhoso; Verdelhos; Cantar-Galo e Vila do Carvalho;
- 2.11** - Desafecção de Parcela de Terreno do Domínio Público Municipal para o Domínio Privado – Rua Humberto Delgado, Canhoso;
- 2.12**- Proc. N.º 317/09.9BECTB-A do TAF de Castelo Branco – Desafecção de Parcela de Terreno
- 2.13** – Nova Covilhã, SRU (em liquidação): Aprovação das Contas da Liquidação reportadas a 30/11/2014; Adjudicação do Activo e Passivo ao Município da Covilhã
- 2.14** - Regulamento do Orçamento Participativo do Município da Covilhã.

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Senhora Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha e o Senhor Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Prof. Doutor Manuel José dos Santos Silva, Dra. Diana Catarina Lopes Louro, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Eng.º João Nuno dos Santos Silva Serra Duarte, Vítor Manuel Garcia Rebordão, Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Prof. Doutor João Carlos Ferreira Correia, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Francisco Manuel Rodrigues Moreira, José Augusto Martins Santos, Prof. Doutor Joel José Puga Coelho Rodrigues, Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael, Prof. Doutor Rui Alberto Lopes Miguel, Dr. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais, Dr. José Paulo Pina Simão, Prof. Doutora Sandra da Costa Henriques Soares, Dra. Ana Rita Aguilar Ferreira Gaudêncio Mineiro, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Dra. Glória Maria da Conceição Fernandes Louro Ramos e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Luís Filipe da Silva Santos (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguismo), João Ramos Almeida (Erada), Enf.º Augusto Fernando Godinho Macedo (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Luís Filipe Fabião Pessoa (Unhais da Serra), José Morais Lourenço (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar – Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), António Paulo Pereira Ranito (Covilhã e Canhoso), José Mateus Fernandes (Peso e Vales do Rio), João José de Oliveira Valério (Teixoso e Sarzedo) e João Luís Martins Gomes (Vale Formoso e Aldeia de Souto). --

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão.** -----

PRESENCAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus, Prof. Joaquim António Matias, Dr. Nelson António Mendes da Silva, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Prof. José Joaquim Pinto de Almeida e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, para a constituição da Mesa, propôs a cooptação do Senhor Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael, ninguém se opôs. -----

ORDEM DE TRABALHOS

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.º 03/2014 E N.º 04/2015 DE 07 DE JULHO E 09 DE SETEMBRO

--- Submetidas as actas, previamente enviadas a todos os Membros convocados, à apreciação, não houve intervenientes. Colocadas à votação, foram, as mesmas **aprovadas por maioria: a Acta n.º 3, com 42 votos a favor e 1 abstenção** (Senhor José Mateus Fernandes - Peso e Vales do Rio); **a Acta n.º 04, com 40 votos a favor e 3 abstenções** (o Senhor Eng.º José Miguel Oliveira, o Senhor Dr. Jorge Fael e o Senhor José Mateus Fernandes - Peso e Vales do Rio). -----

EXPEDIENTE

- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o Projecto de Lei n.º 658/XII/4.^a que Recusa a privatização da EGF; as Apreciações Parlamentares sobre a Alteração dos Estatutos das Sociedades de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos;
- E-mail da Direcção Regional do STAL de Castelo Branco a apelar o apoio ao Projecto de Lei n.º 368/XII "Protecção dos direitos individuais e comuns à água";
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a enviar a Intervenção do Deputado Miguel Tiago no Debate do Projecto Lei 368/XII - Protecção dos direitos individuais e comuns à Água - Iniciativa Legislativa de Cidadãos;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a recepção da Moção "Contra o Encerramento das Escolas do Primeiro Ciclo no Concelho da Covilhã";

- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a pergunta formulada ao Governo, pela Senhora Deputada Paula Santos, sobre o "Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto";
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a pergunta formulada ao Governo, pela Senhora Deputada Paula Santos, sobre a "Construção do Pavilhão gimnodesportivo na Escola Básica de Tortosendo do Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto";
- E-mail da FENPROF - Federação Nacional dos Professores a remeter um Apelo Público e Petição sobre "A Educação não suporta mais cortes. É de mais investimento e de outras políticas que precisa";
- E-mail do Movimento Povo Ourondo Relvas a remeter Nota de Imprensa 9/2014;
- E-mail da União de Freguesias Casegas e Ourondo a remeter resposta à Nota de Imprensa 9/2014;
- E-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter as perguntas formuladas ao Governo, pelos Senhores Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, sobre Contratos de Emprego - Inserção nas Escolas Públicas;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter propostas de alteração ao Orçamento de Estado para 2014, relacionadas com o Poder Local Democrático;
- Ofício s/n.º do Senhor Vereador Dr. Pedro Miguel dos Santos Farromba a remeter cópia do requerimento/participação que enviou à Direcção Geral das Autarquias Locais.

--- O Senhor Prof. Reis Silva salientou o expediente enviado pelo Grupo Parlamentar do PCP, da Assembleia da República, quanto às propostas apresentadas e que se tivessem sido aprovadas hoje estaríamos numa situação muito diferente. Salientou também a Nota de Imprensa, do Movimento Povo Ourondo Relvas, e a resposta da União de Freguesias de Casegas e Ourondo, desejando que os problemas existentes sejam ultrapassados pelas duas comunidades. -----

INTERVENÇÕES

--- O Senhor Dr. Pina Simão fez uma intervenção referindo-se às notícias que vieram a público sobre a privatização do Hospital do Fundão **(doc.01)**. -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais na sua intervenção desejou, ao Senhor Presidente da Câmara, "que o Novo Ano seja portador da clarividência que lhe permita alterar o caminho, rumo ao imobilismo para onde está V. Exa a conduzir o nosso Concelho" e colocou diversas questões, nomeadamente Elevadores, Piscina Municipal, instalação de Novas Empresas, redução do preço da água **(doc.02)**. -----

--- O Senhor Francisco Moreira fez uma Declaração Política reafirmando a firme determinação de prosseguir uma oposição construtiva na defesa dos superiores interesses das Populações que os elegeram **(doc.03)**. -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael fez uma intervenção referindo que o PCP não iliba de responsabilidades este Governo e o anterior, que com as suas opções lançaram o País na situação dramática em que se encontra **(doc.04)**. -----

De seguida apresentou uma Moção de Solidariedade para com os Trabalhadores de Segurança Social **(doc.05)**. -----

--- Colocada a Moção - **Solidariedade para com os Trabalhadores de Segurança Social** à aprovação, foi a mesma **aprovada por maioria com 39 votos a favor (PS, MAC e PCP) e 4 abstenções (PSD)**. -----

--- A Senhora Dra. Mónica Ramôa apresentou uma proposta de Recomendação à Câmara Municipal para que apoie, com a atribuição de verbas, a prática desportiva adaptada de crianças e jovens do Concelho **(doc.06)** e propôs a aprovação de uma Moção Contra a Violência do Género a repudiar e condenar a violência doméstica **(doc.07)**. -----

--- Colocada a Moção - **Contra a Violência do Género** à aprovação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

--- O Senhor Francisco Moreira: “O Senhor Engenheiro produziu aqui, numa das últimas Assembleias, uma intervenção em que deixou no ar uma dúvida, que o Partido Social Democrata quer ser esclarecido, que tem a ver com o eventual exercício de coacção sobre alguém ligado ao anterior Executivo e que poderá ter tido, transformou-se num factor importante para o desfecho final do processo (estou-me a referir à questão do Loteamento do Canhoso), daí que o que nós queremos pedir.

Por razões de coerência não apoiamos qualquer diligência, relativamente a esta matéria, que evite a pronúncia do Supremo Tribunal de Justiça, mas esta era uma questão que nós iremos dirimi-la num outro espaço temporal.

Relativamente a esta questão concreta do exercício de coacção, que consideramos um processo de rejeição liminar, nós queríamos-lhe pedir que nos dissesse, esclarecesse este Órgão, primeiro quem exerceu coacção junto das proprietárias? Segundo que forma assumiu tal coacção? E, por último, que sejam presentes a este Órgão documentos certificados que comprovem o exercício da coacção referido pelo Senhor Deputado Rui Alberto Miguel. Portanto era este pedido que lhe queríamos fazer, não tem que ser hoje pode ser numa Sessão oportuna, como entender. Mas são questões pertinentes que para o nosso esclarecimento são fundamentais”. -----

--- O Senhor Prof. Doutor Rui Miguel: “só para dizer ao Senhor Deputado que tomei boa nota e oportunamente será feito. -----

--- O Senhor Prof. Doutor João Correia: “queria fazer uma curtíssima Declaração Política que, de certa maneira, também serve de intróito a alguns pedidos de esclarecimentos que tenho de fazer. Para já queria saudar a maioria do Executivo pelo esforço que tem feito para colocar a Câmara numa posição que permita enfrentar uma situação que é aquilo, que eu classificaria, uma tempestade perfeita, é um conjunto de condições que permitem a formulação de uma turbulência inaudita sobre o ponto de vista político.

Temos um Presidente cessante que se manteve activamente hostil, a ausência de uma maioria absoluta, a persistência de uma oposição telecomandada e maldosamente disfarçada no anonimato. E que, ainda por cima, deixa como rasto principal a memória de uma liderança unilateral, monárquica e absolutista.

A maioria do Executivo (creio eu) tem sabido identificar os aliados e colocar em prática algo que fora interrompido que é o convívio normal com as forças políticas, a percepção quase consensual dos orçamentos, veja-se a capacidade de diálogo com as Freguesias. Estão, momentaneamente, identificados os que defendem a articulação entre o rigor e o progresso, os que acreditam na intercepção entre a contenção e o progresso, os que deixam para trás a quezília amarga e só sabem dar à luz energicamente a crítica e a maledicência, quase que funciona de enquadramento aquilo que eu ia perguntar.

Não resisto a fazer alguns pedidos de esclarecimento, a algumas questões fundamentais, em relação a uma intervenção do Senhor Deputado Francisco Moreira sobre uma questão fundamental para a Região, que é a questão do Hospital. Eu desejava saber, quando afirma que o meu companheiro de Bancada Dr. Pina Simão fez a sua intervenção baseado na imprensa, se considera que isso deve ser também alargado ao Senhor Presidente da Câmara do Fundão, à Assembleia Municipal do Fundão que votou por unanimidade as suas maiores reservas contra a possibilidade desta medida? Se isso se aplica ao Presidente da Câmara Municipal da Covilhã e se todos eles quando falam são figuras da imprensa, apenas? E, também, se acha que o simples facto de algumas pessoas filiadas num Partido estarem numa direcção de uma qualquer Associação torna esse Partido incapaz de formular qualquer crítica a essa Associação? É que isso parece-me uma completa inversão daquilo que deve ser a Cidadania. As pessoas não estão lá como Socialistas, nem estão em qualquer outra Associação como Social-Democratas ou como Comunistas.

E, já agora, um outro pedido de esclarecimento também é uma intervenção que acabou por se tornar decisiva e algo inesperada que é a seguinte: acham os Senhores Deputados, acha o Senhor Deputado Francisco Moreira que este é um Órgão Administrativo, que este é um Órgão onde deve pesar politicamente um sobrestamento jurídico de questões que só devem ser avaliadas politicamente quando são claramente impronunciadas, claramente controvertidas do ponto de vista jurídico e quando há claramente má-fé? Ou basta apenas falar sobre uma questão? O risco que existe sempre de estarmos a manchar o nome de alguém para que essa questão se torne como que obrigatória para nós. Nós somos apenas um Órgão político Senhor Deputado. E eu gostaria de saber qual o sentido da sua intervenção quando quase que nomeia um Deputado desta Assembleia como se fosse uma testemunha, quase que arrola um Deputado desta Assembleia quase como se fosse uma testemunha, não nos parece que seja esta a nossa função". -----

--- O Senhor Francisco Moreira: "eu creio que estamos a extravasar, para além do sentido que se pretende, relativamente a estas duas questões que eu coloquei nas intervenções que produzi.

Em primeiro lugar sabemos que, relativamente ao processo do Hospital do Fundão, a imprensa deu enorme destaque a esta matéria, por razões óbvias. E, já na última Assembleia Municipal este tipo de declaração poderia ter sido feito e não foi, e não foi!

E, se calhar, até tínhamos ganho algum tempo no combate eventual a este propósito de entrega a uma Entidade Privada a Administração do Hospital do Fundão. Foi só por essa razão. É que eu a considerei com base naquilo que a imprensa produziu nesta última semana.

Depois relativamente à outra questão: oh Senhor Deputado este Órgão é um Órgão político, sem dúvida, é um Órgão que não deve alimentar o diz-que-diz e por essa razão tendo em conta que foram feitas aqui declarações que põem em causa um Membro de um Órgão actual, podem por em causa. Nós entendemos que a Assembleia deve ser esclarecida relativamente a esta matéria, tão-somente por isso, para que não restem dúvidas relativamente à capacidade ou, ao eventual alheamento do Órgão ou, do Membro que pertence a um Órgão, não é este, pertence ao Órgão Executivo e tinha responsabilidades no anterior Mandato. Mas em nossa opinião a Assembleia Municipal, tendo em conta que foi confrontada com uma declaração desse género, arroga-se-nos o direito de sabermos a profundidade da insinuação que foi efectuada”. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva referiu que o Governo tem em curso um processo de transferência de responsabilidades, que lhe competem, para o Poder Local. “Não se trata de um processo de descentralização, mas de destruição de funções sociais”. Face a esta situação propôs a aprovação de uma Moção “Municipalizar não resolve problemas, antes os agrava” (**doc.08**). -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra perguntou: “o Senhor Deputado é ou não favorável a uma eficiência global do sistema? Inclusive como Professor, se tem essa preocupação, independentemente das lides partidárias e de um discurso mais partidário que se possa trazer aqui e que de resto até compreendo. Por outro lado, acho que há uma incoerência aí na sua intervenção e proposta que tem que ver com, esta questão que vocês têm, a sistemática vontade de colocar na opinião pública que o PSD e o CDS-PP querem é ganhar muito dinheiro com a Educação. E eu pergunto-lhe se isso não é incoerente, com a sua proposta, na medida em que, como todos sabemos, esta é a altura em que menos alunos há na Educação. Portanto, se o PSD e o CDS-PP já tivessem crido ganhar muito dinheiro com a Educação já o tinham feito no passado”. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva respondeu: “agradeço as questões que coloca e, é evidente que sou defensor duma gestão eficaz dos dinheiros públicos, mas a própria Constituição refere que é um dever do Estado assegurar, como na saúde, é da responsabilidade do Estado e deverá ser o Estado a assegurar o funcionamento do próprio sistema educativo. É que o PSD e o CDS não querem ganhar dinheiro, eles até querem dar dinheiro às Autarquias, por cada docente que as Câmaras conseguirem economizar o PSD e o CDS querem dar às Autarquias 13 mil e 800 euros, veja lá para onde é que vai o perverso da questão, ou seja vocês ficam com a responsabilidade na Educação e por cada Professor que conseguem abater a gente dá-lhes 13 mil e 800 euros.

Portanto, ou seja, há todo um conjunto e as Câmaras não estão preparadas para isso, nós sabemos, nenhuma Câmara está preparada para gerir um Mega, Mega Agrupamento Municipal. Porque o que está aqui, com esta municipalização da Educação, no fundo é um pouco isto.

Há um Mega Agrupamento que foi criado no Concelho da Covilhã, que foi o Agrupamento Frei Heitor Pinto, eu estou na gestão e sei as dificuldades que é gerir uma Escola de São Jorge da Beira, acompanhar os Professores, os Encarregados de Educação e os Alunos. Portanto, esse acompanhamento é difícil à distância, tem que haver uma maior proximidade.

Agora, imagine o que era os Órgãos de Gestão das várias Escolas deixam de existir e a Câmara Municipal constituir um órgão de gestão, com certeza um Departamento, um outro Departamento, porque não acredito que a Divisão da Educação, Cultura e Desporto consiga aguentar uma coisa destas, face à gestão. Sabe o que é que vai acontecer, Senhor Deputado, em muitas Câmaras se isto se concretizar? É privatizar a gestão, entregar, concessionar a privados. Aliás, já temos na Covilhã a EPABI que foi, na Câmara anterior, concessionada a um privado.

Agora, o privado gere melhor ou gere pior? Não é essa a questão.

Há bons gestores no privado, assim como há bons gestores no público. Portanto, quem está no público tem que defender os recursos públicos que são escassos para alguns, para a educação e para a saúde, porque para os Banqueiros eles existem, como a gente sabe. Tem que ser gerido com eficácia e não me parece que municipalizar traz mais eficácia e mais eficiência ao sistema". -----

--- O Senhor Francisco Moreira perguntou: " posso inferir, da sua intervenção, que o PCP e a CDU não respeita o acordo celebrado entre o Governo e a maioria dos Sindicatos dos Professores? É que foi feito um acordo pelo Governo e pela maioria dos Sindicatos dos Professores que ultrapassa divergências antigas, foi aprovado o novo Regime de Avaliação dos Docentes, as duas partes negociaram ainda alterações ao Estatuto da Carreira Docente, ao novo modelo de recrutamento e selecção de Docentes, o Diploma de autonomia e de gestão das Escolas ou a vinculação extraordinária. Portanto, este é o acordo celebrado entre o Governo e a maioria dos Sindicatos dos Professores.

A pergunta concreta que eu queria fazer, para meu esclarecimento, era se o PCP e a CDU estão de acordo com este acordo, ou se rejeitam este acordo, que foi celebrado em sede de negociações? -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva: "o Senhor Deputado Francisco Moreira sabe que na classe docente, infelizmente existe quase uma dúzia de Sindicatos e a maioria dos Sindicatos, oito, estiveram no 5 de Outubro. Estive nessa manifestação enquanto docente, como é evidente, Dia Mundial do Professor, estavam oito Sindicatos com as críticas e mais uma à actuação política do Governo. É evidente que existem depois os outros sindicatos, os apêndices, enfim, que fazem sempre o favor de assinar tudo aquilo que o Governo pretende. A maioria dos sindicatos não assinou qualquer acordo, houve três/quatro sindicatos mais ligados à UGT que assinaram. É evidente que nós CDU, PCP, estamos do lado daqueles que não assinaram. Porque todos os acordos que foram assinados por esses sindicatos só penalizaram os Professores e só penalizaram a Escola Pública". -----

--- Colocada a Moção - **Municipalizar não Resolve Problemas, antes os agrava** à aprovação, foi a mesma **aprovada por maioria, com 34 votos a favor, 4 votos contra (PSD) e 5 abstenções (MAC)**. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente a informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente acta, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor Dr. Marco Gabriel (Boidobra) disse: “é apenas um pedido relativamente a um Requerimento que apresentei à Mesa, sobre o Regulamento Municipal de Habitação Social do Município da Covilhã, não tenho resposta dele desde Setembro e era para o Senhor Presidente, no fundamental, dizer se existe se não existe, em que ponto é que está e o que é que nos pode dizer sobre isso”. -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão: “Apelo a que V. Exa seja rápido a resolver a questão das novas instalações do Tribunal de Trabalho da Covilhã de modo a que quer os profissionais forenses, quer a imagem da Cidade da Covilhã saiam reconfortados e assim mitigue um pouco, ainda que em mínima intensidade, esta absoluta aberração que foi este mapa judiciário relativamente à Cidade da Covilhã”. -----

--- A Senhora Dra. Graça Castelo Branco colocou questões quanto à Barragem das Penhas da Saúde; Emprego e espaço do antigo Montalto (**doc.09**). -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva referiu que a Informação Escrita, do Senhor Presidente da Câmara, traz alguns elementos que lhes merecem alguns comentários, alguma apreciação e também uma ou outra proposta.

- À Câmara Municipal compete, também, a dinamização da actividade desportiva e cultural no Concelho e colocou a seguinte questão: que programas, desportivos e culturais é que a Câmara tem, aprovou e está a desenvolver nestes quinze meses de Mandato, em concreto?

- As Juntas de Freguesias não merecem que a Câmara tivesse encontrado esta formulação, para reverter a Delegação de Competências, justificando quanto à inoperância e incapacidade das Freguesias para o exercício das referidas competências. Os Senhores Presidentes de Junta até querem fazer mais, não têm é os meios técnicos para isso. Penso que esta formulação devia corrigida;

- Nas áreas da CAF, que tem a ver com a contratação de pessoal para a componente de apoio à família, a Câmara Municipal não se deveria limitar a delegar competências nas Juntas de Freguesia, deveria assegurar o apoio técnico ou jurídico para que as Juntas de Freguesia fizessem e lançassem os concursos necessários para a contratação desse pessoal;

- Salientou, pela positiva, a deliberação da Câmara Municipal, nos passes escolares, no financiamento aos alunos do ensino secundário. Mas faltam os auxílios económicos de 2013/2014 e 2014/2015 que tardam a chegar;

- Propôs, face ao estado das Vias Municipais, que a Câmara Municipal crie um programa de limpeza, de manutenção e de requalificação das Vias Municipais e um outro para as Vias Rurais ou caminhos agrícolas com recuperação de regadios tradicionais, havendo a hipótese sempre das candidaturas ao Quadro Comunitário;

Quanto à informação financeira, salientou que na comparação de Setembro a Dezembro se verifica um aumento da dívida a fornecedores e o aumento da dívida a Freguesias. Chamou a atenção para o trabalho das Freguesias, que é importante, e que sem Fornecedores a Câmara paralisa. -----

--- O Senhor Prof. Doutor João Correia pediu esclarecimentos: “será que esta Assembleia e nomeadamente a nossa estimada colega, amiga e companheira desta Assembleia, a Dra. Graça Castelo Branco tem noção do quanto era preciso para que o Senhor Presidente da Câmara estivesse a desempenhar estas funções para poder ser comparado ao teleférico? Quanto tempo mais é que ele precisava para que isso acontecesse e, mais ainda, nesta comparação em que lugar ficaria o Presidente da Câmara anterior? Provavelmente muito mais próximo em termos de aproximação à morosidade do teleférico, provavelmente se a matemática me ajuda.

Senhor Presidente gostaria de reforçar as perguntas da Senhora Deputada. Porque, não há dúvida que temos aqui uma oportunidade ótima para estabelecermos comparações. O que é que esperamos relativamente à Barragem? E, tudo enuncia que poderemos fazer uma avaliação comparativamente mais positiva para esta Câmara. O que esperamos concretamente? Diga-nos que horizontes de esperança é a nossa.”-----

--- A Senhora Dra. Graça Castelo Branco respondeu: “talvez, por falha minha, não tenha ficado bem explícita a parte da comparação com o teleférico. Em causa o que está é a construção, o avanço da construção das adutoras, antes do projecto da Barragem estar feito. O que significa que se as adutoras lá ficarem, podem lá ficar dezenas de anos à espera da construção da Barragem.”-----

--- O Senhor Prof. Doutor Joel Rodrigues: “também tinha previsto comentar a intervenção da Senhora Deputada, porque dá a oportunidade ao Senhor Presidente da Câmara para dar boas notícias em relação à Barragem e o que se avizinha, que estava perfeitamente plasmado no documento que nos fez chegar e que muito atesta a dinâmica da Câmara até ao momento.

De facto, estamos numa fase de transição entre Quadros Comunitários de Apoio e segundo diz a Senhora Dra. Ana Abrunhosa, Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, em princípio a partir de Janeiro estarão disponíveis as chamadas para projectos a nível dos Municípios e, depois também, outras que virão na sequência. De facto, seria importante também que o Senhor Presidente pudesse fazer favor de partilhar com esta câmara a dinâmica da Autarquia nesta matéria, que pudesse partilhar connosco, no fundo, qual é a estratégia da Câmara para este desafio. Uma vez que se revela uma grande oportunidade para o Concelho e também como âncora da Região. Podendo, eventualmente, fazer uso dos protocolos, quer seja com a Universidade da Beira Interior, quer seja com o Instituto Politécnico de Castelo Branco.

E, de facto, aí nós temos uma grande oportunidade e, creio que, podemos explorar mais a questão dos próprios protocolos. Uma vez que, no que diz respeito à Universidade da Beira Interior, foi dinamizado um protocolo na área do desporto e lazer e podemos estende-lo e dinamizá-lo muito mais, sobretudo na área em que o Concelho se tem posicionado, nomeadamente na área das tecnologias e que tem condições ímpares para o efeito. E, portanto nós gostávamos também de pedir a opinião do Senhor Presidente em relação à estratégia organizativa da Câmara para superar, no fundo, este desafio que se oferece como uma grande oportunidade para nós, para o nosso Concelho. No fundo, quais são as prioridades do Município em relação ao futuro próximo e as oportunidades que advêm, quer seja a nível da União Europeia, quer seja no contexto Nacional do chamado Portugal 20 20. Temos aqui uma grande oportunidade e o Senhor Presidente poderia partilhar connosco quais as prioridades do Município neste contexto”. -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “Relativamente às dúvidas da Deputada Graça Castelo Branco: o anterior Presidente quando fez a apresentação do projecto da Barragem, ele próprio já referia que esse projecto estava contemplado em duas fases, a Barragem propriamente dita e as adutoras. As adutoras e os reservatórios, que irão ser um reforço de abastecimento para o Concelho. E já tinha referido, também ele, que esses projectos são independentes, porque as adutoras e os reservatórios podem estar ou podem ir a ser ligados e reforçar a capacidade de abastecimento do Concelho da Covilhã, através dos reservatórios a construir, ao actual sistema que está, ao fim e ao cabo, interligado à Barragem das Penhas da Saúde. Portanto essa questão não se põe, de alimentações gravíticas, bombeadas do que quer que seja.

Relativamente ao Senhor Presidente eu não era tanto um pedido de esclarecimento, era uma sugestão, devido à preocupação que alguns Deputados têm vindo a demonstrar relativamente à manutenção dos equipamentos Municipais, construídos pelo seu antecessor. Eu acho que seria interessante você trazer, a esta Assembleia, um relatório de como é que esses equipamentos foram herdados pela actual Câmara e esclarecer a questão da Piscina Municipal, esclarecer a questão dos Elevadores, mas também esclarecer como é que foi encontrado o Parque Alexandre Aibéo, como é que foi encontrado o Parque da Goldra, ou seja todos estes equipamentos, perdoem-me elefantes brancos que foram construídos por aí. E, que agora neste momento, na altura ficaram todos muitos bonitos, mas agora neste momento é preciso manter, é preciso recuperar. Já agora, Senhor Presidente, permita-me juntar aqui mais dois problemas estruturais, a piscina das ondas na piscina do Teixoso, tudo isso era importante para que esta Assembleia seja cabalmente esclarecida de como é que foram encontrados estes maravilhosos equipamentos”. -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael colocou as seguintes questões:

- Como é que a Câmara está a negociar a transferência da gestão da água e saneamento, uma vez que o Regime Jurídico dos Serviços de Água e Saneamento impõe que as Freguesias, que ainda gerem este tipo de serviços, transfiram a gestão para as Câmaras Municipais;

- Se a Câmara/ ADC já avaliou o impacto do novo Regulamento de Tarifário dos resíduos sólidos urbanos que vai ser aplicado pela ERSAR;

- Qual é a avaliação que a Câmara faz do impacto das alterações legislativas nos inquilinos que vivem no regime da renda apoiada, no nosso Concelho. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões que lhe foram colocadas:

- Regulamento Habitação Social – está constituído um Grupo de Trabalho. É uma matéria muito delicada, muito sensível e vivemos tempos difíceis em que a maior parte das Famílias que utilizam esta habitação têm graves dificuldades, muitas delas em solver os seus compromissos para com a Câmara Municipal. Nós não podemos resolver da noite para o dia questões que têm dez anos. Têm sido feitas pontualíssimas intervenções, muito cirúrgicas e aquilo que era necessário fazer, era uma manutenção programada rigorosa, não tem sido possível fazê-la, no nosso Mandato, por ausência de meios financeiros, mas estamos a fazer face às situações mais prementes e mais urgentes. Estamos a programar uma intervenção mais de fundo, sendo um ano de transição não sabemos ainda, em rigor, o que é que se nos depara em termos de oportunidades. Sendo certo que estamos a trabalhar para aproveitar ao máximo tudo quanto venha da União Europeia para este efeito;

- Tribunal de Trabalho - em audiência com Senhor Secretário de Estado da Justiça transmiti-lhe as preocupações que temos com o Tribunal de Trabalho da Covilhã onde é perigoso trabalhar, não são só problemas de comodidade e de salubridade, mas também de segurança. Disponibilizámos o edifício contíguo ao Palácio da Justiça para a sua instalação. Está tudo a ser tratado, quer com o Senhor Secretário de Estado, quer com o Senhor Presidente da Comarca de Castelo Branco, de acordo com o rumo traçado a instalação, brevemente, será uma realidade;

- Barragem – tínhamos duas soluções quanto à albufeira: a solução A e a solução B. Está afastada a solução A, a jusante da Barragem do Viriato, por não ter sido possível cumprir tudo quanto era exigido pelos Organismos competentes. A solução B é defensável, é desejável e é uma boa solução até do ponto de vista do impacto visual e os custos são aproximadamente os mesmos. Estamos a trabalhar a fase das condutas, adutoras e depósitos, em todas as frentes, para que no mais curto espaço de tempo possível consigamos levá-la a efeito.

Hoje assinei a consignação da obra, a primeira fase, das condutas e adutoras (houve um concurso Internacional, concorreram mais de uma dezena de Empresas), foi adjudicada à SOMAGUE, porque cumpriu as regras da transparência e da legalidade e foi a que apresentou melhor proposta, cerca de 11 milhões de euros, a obra vai ter início durante o mês de Janeiro;

- Falam em inércia, em inoperância e em tempo perdido. Eu pergunto qual é o Município do Interior do País, de Norte a Sul, que tem no terreno investimentos, obras, no valor de mais de 15 milhões de euros? Nós temos! Nós temos 11 milhões na Barragem, nesta primeira fase; nós temos 1 milhão relativamente à Estrada Municipal 512, já temos o Visto do Tribunal de Contas, a consignação será feita nos primeiros dias de Janeiro; temos uma multiplicidade de obras que estavam paradas, que deviam ter sido concluídas no anterior Mandato, estão a ser concluídas dentro de poucos dias. Se somarmos o valor dessas obras com estas novas que lançámos e outras pequenas que estão disseminadas pelo Concelho, temos investimentos superiores a quinze milhões de euros.

- Equipamentos – nós, queríamos que estivessem a servir cabalmente as nossas Populações, mas infelizmente não estão a ser tanto quanto nós o desejávamos. Não é por inoperância, não é por falta de vontade, não é por inércia. É porque há limitações e essas limitações são profundas e têm raízes fundas.

Desde logo e no que diz respeito à mobilidade, ao equipamento de mobilidade, convém que os Covilhanenses saibam que a manutenção de muitos dos elevadores custa ao erário municipal centenas de milhares de euros por ano. Dou-vos um exemplo: o elevador da Garagem de S. João, qualquer pessoa que chegue a um dos extremos carrega no botão e imediatamente está disponível, ou seja pode ter uma carga de utilização inútil. Porque é que não há-de ter um compasso de espera para que em vez de levar uma pessoa leve oito, ou leve dez?

Quanto ao Elevador de Santo André a reparação custa dez mil euros, esta despesa já está comprometida, está a ser comunicada a adjudicação para que seja feita a respectiva reparação. Depois, infelizmente, há peças que não estão disponíveis no Mercado, levam tempo e são peças caras que não nos podemos dar ao luxo de ter em *stock*;

A Piscina tem vários problemas: o abastecimento de gás, já foi mudado o contador; a caldeira de aquecimento tem que ser substituída e temos que substituir os depósitos, que já não admitem uma soldadura. A ICOVI irá resolver o problema da piscina dentro de poucos dias. Logo que a piscina possa ser utilizada será descontado, aos utilizadores que se viram privados da sua utilização, o que já pagaram adiantadamente para que não resulte qualquer prejuízo. -----

--- O Senhor Dr. Marco Gabriel disse: “não estou a falar de pregos. Estou a falar de um Regulamento de Habitação Social, de utilização de Habitação Social, que esta Câmara não tem. E, também, muito por culpa do anterior Executivo Municipal que não aprovou este instrumento de regulação, de actuação, contra o casuísmo de darmos esta ou aquela casa, a esta ou aquela pessoa.

Demo-nos conta de que, o que serve de regra no Município e nos Serviços Camarários é um Decreto-Lei de 1988, que tem a ver com alienação do património Social do Estado. Isto é uma coisa impensável, estar a trabalhar com um Decreto-Lei que nada tem a ver com as condições de usufruto, de cedência de habitação e de ter acesso à habitação social, porque os critérios podem ser diferentes.

O que nos dizem é que há critérios. Se há critérios então que se faça esse regulamento, que se apresente uma proposta, que venha aqui, pode ser para discussão, não para aprovação, com o contributo de todos”. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que tem uma equipa de trabalho a tratar dessa problemática, dessa questão, que não é despicienda. Concorde que deve ser objecto de um tratamento rigoroso, o acesso à habitação social e a respectiva utilização que são questões muito importantes. Os critérios de atribuição não são nem atribuíveis, nem arbitrários, tentam ser o mais rigorosos possível. Concorde que deve existir um Regulamento, tal como devem existir regulamentos para a atribuição de subsídios a Associações e para as transferências para as Juntas de Freguesia. Quer, com a maior brevidade possível esses regulamentos, porque conferem maior transparência para a gestão do nosso Concelho e para o tratamento das questões relacionadas com essas problemáticas. -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais disse ter ouvido com atenção a explicação, do Senhor Presidente, acerca da Barragem e supõe que o projecto das adutoras, hoje consignado, tem a ver com projecto existente deixado pelo anterior Executivo.

E, perguntou se a Barragem foi chumbada, no local onde estaria prevista a sua construção e se pela voz do Senhor Administrador da ICOVI foi anunciado que seria 500 metros a jusante, julgo eu, isso implica a feitura de um novo projecto. O próprio financiamento que, segundo dados que vêm na Imprensa falava, em 19 milhões de euros entre empréstimos ao Banco Europeu e do POVT. Havia 2,7 milhões de euros que eram da responsabilidade da ICOVI, que tinham sido contratualizados. Portanto, significa que se vamos fazer uma obra de onze milhões, ficariam oito disponíveis para a feitura da Barragem.

Perguntou: se essa barragem já tem projecto, já tem o acordo dos proprietários dos terrenos, se já tem o financiamento e se garante que é possível construir essa nova barragem. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal – “Senhor Deputado eu penso ter sido claro, na minha intervenção, relativamente a essa matéria.

Estamos a tratar do projecto, há estudos de impacto ambiental que são aproveitáveis, porque é muito próximo, são duas zonas muito fronteiras. Há estudos, há trabalho que é aproveitado e há outro que está a ser elaborado.

Obviamente que o projecto, propriamente dito, de engenharia não serve o mesmo, porque tem outra localização, tem outro impacto, terá outra amplitude e está a ser feito.

O que eu lhe posso dizer é que há uma conjugação de vontades, do Executivo Municipal e da Secretaria de Estado do Ambiente, no sentido de localizar nesse sítio a albufeira.

Não posso em abono da verdade, porque eu não vendo loas, nem vendo ilusões aos covilhanenses e quero apenas e só falar verdade, eu não posso garantir se e quando é que ela vai ser feita. Isso são reminiscências, enfim, que eu quero afastar e não condiz com a minha maneira de estar na vida pública e na vida política. Daí que eu tenha destrinchado uma situação mais concreta e a outra não tanto.

Eu gostava que ela estivesse numa fase de maior concretização, mas não é possível.

Porque é preciso realizar estudos complementares àqueles, é preciso concretizar o resto do projecto. E, tínhamos aqui, também, uma questão burocrática que é, ainda que nós tivéssemos vontade de ter arrancado mais cedo com o projecto não o podíamos fazer porque havia uma relativa “incompatibilidade” burocrática entre um e outro projecto.

Sendo certo que vi nos responsáveis políticos até um certo alívio, em que se pretendesse localizar num sítio mais consentâneo com as nossas necessidades, acaba até por armazenar mais água, não há problemas quanto à utilização.

Eu repito que este projecto, esta primeira fase, coincide em parte com o projecto anterior, foi elaborado na ICOVI, portanto não coincide totalmente. Sendo certo que serve quer a Barragem do Viriato, quer esta nova solução.

Portanto, não há qualquer receio e ainda que, por hipótese, não conseguíssemos a albufeira, estou convencido que o vamos conseguir, era sempre uma obra virtuosa porque armazenamos mais água e temos menos perdas. E, para além do mais que, acresce a qualidade da água que nós vamos consumir e iremos consumir no futuro.

E, portanto, dizer que a questão para mim está, julgo que para todos, mais que esclarecida para este efeito”. -----

2.2 – ORÇAMENTO PARA 2015, GRANDES OPÇÕES DO PLANO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS, MAPAS DE PESSOAL, ACTUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS, COMPENSAÇÕES E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 31 de Outubro de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas a) e o), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com as alíneas c) e ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e com a alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, através do ofício n.º 5174 de 2014.11.27 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: Dr. Marco Gabriel (**doc.10**); Eng.º João Nuno Serra (**doc.11**); Dr. Pina Simão disse que este Orçamento está equilibrado, traduz a situação do Concelho, vai no bom caminho porque faz as opções certas e opta por entregar dinheiro às Freguesias; Prof. Doutor João Correia disse que é um Orçamento que alia a contenção e a ambição e revela uma opção aberta, transparente e participada; Dr. Paulo Tourais disse que o Movimento Acreditar se vai abster, porque entende que as imposições decorrentes da Lei impedirão que, este Orçamento, venha a crescer mais de 15% e o Senhor Presidente da Câmara informou que foi feita uma redução significativa, menos cerca de 20%, em relação ao Orçamento de 2014. E, que este é o Orçamento possível; é um Orçamento realista; é um Orçamento de verdade; é um Orçamento de contenção e é um Orçamento de transição. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Orçamento para 2015, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Actividades Municipais, Mapas de Pessoal, actualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 36 votos a favor (PS e PSD) e 7 abstenções (MAC e PCP)**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Eng.º João Nuno Serra, a mesma da intervenção. -----

2.3 – 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL DE 2014

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 31 de Outubro de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 5175 de 2014.11.27 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **1.ª Revisão Orçamental de 2014**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

2.4 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 12 de Dezembro de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 5455 de 2014.12.16 e seus anexos.

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: Dr. Paulo Tourais disse tendo conseguido poupar milhões vai precisar de ir contratar um empréstimo para pagar as suas responsabilidades; Eng.º João Nuno Serra (**doc.12**) e o Senhor Presidente da Câmara que, este milhão de euros é para gerir os picos baixos da receita durante o próximo ano civil e económico. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contratação de Empréstimo a Curto Prazo**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 34 votos a favor e 9 abstenções (MAC, PSD e PCP)**. -----

Foram feitas Declarações de Voto:

- O Senhor Eng.º João Nuno Serra, a mesma da intervenção. -----

- O Senhor Prof. Doutor João Correia: “Considerando que os financiamentos de curto prazo não são relevantes para o *stock* da dívida, ao final do ano, e dado ao perfil da liquidez da Autarquia e os constrangimentos sancionais que ela apresenta, votamos naturalmente de modo favorável à proposta apresentada”. -----

2.5 – PARTICIPAÇÕES SOCIAIS NA PARKURBIS: ALIENAÇÃO À ICOVI E AQUISIÇÃO À CAIXA CAPITAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 12 de Dezembro de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com os n.ºs 1, dos artigos 22.º e 61.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, através dos ofícios n.ºs 5456/7 de 2014.12.16 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores:

- Dr. Paulo Tourais - a ICOVI prepara-se para adquirir por 1,2 milhões as acções que a Câmara tem na PARKURBIS, ou seja vai aqui haver uma transferência de dinheiro da ICOVI para a Câmara Municipal. Isso não irá depois impossibilitar a ICOVI de assumir os seus compromissos com as obras das adutoras?

- Eng.º João Nuno Serra - a cedência do capital da PARKURBIS, da Câmara para uma Empresa Municipal, como nós não temos a informação das contas dessa Empresa Municipal, de certa forma ficamos um bocadinho preocupados se há condições para a ICOVI assumir este capital. E, mais, fá-lo já no pressuposto de que como há uma incapacidade de assumir as responsabilidades financeiras de uma estrutura que foi criada, assume-se já que a ICOVI vai ter condições de o fazer. Acho que era útil, para o esclarecimento de todos, que essa tranquilização nos pudesse ser dada no sentido de nós votarmos favoravelmente esta operação que, para mim, é cosmética;

- Dr. Jorge Fael - creio que a posição do PCP e da CDU relativamente às Empresas Municipais já é conhecida. Nós entendemos que é um instrumento de gestão, considerando os seus objectivos podemos admitir a sua utilidade, mas a verdade é que a experiência vem demonstrar que em muitos casos as empresas municipais serviram para fugir ao escrutínio público, para fugir ao controle democrático, para alimentar clientelas políticas e económicas. Enfim, as empresas municipais privatizam-se, como aconteceu com a transformação dos SMAS em empresa municipal e depois com a sua abertura ao capital privado. Espero que não seja essa a orientação, o Senhor Presidente disse que não, relativamente à ICOVI. Espero que não seja essa a opção, aderir ao capital privado. Sobre esta proposta alguns dos alertas e das questões que eu tinha a colocar já aqui foram levantadas. No fundo é uma operação contabilística, mas há uma transferência e essa é uma transferência real, de encargos da Câmara para a ICOVI, de 20 mil e quinhentos euros por mês, esta não é uma operação contabilística virtual, essa é real.

A ICOVI vai ter de despender mensalmente esta verba e a questão, que já aqui foi colocada e que eu reitero, é se a ICOVI tem receitas para fazer face às despesas, o Senhor Presidente garante que sim resta-nos acreditar na sua palavra. Porque consultando o site da ICOVI a frase que mais se destaca, no portal da ICOVI, é informação não disponível. Portanto não há informação financeira, não há plano de actividades e orçamento, ou seja não há rigorosamente nada e isto para além de violar de

forma flagrante a lei, que impõe hoje que as empresas municipais tenham toda a informação financeira disponível.

E, já agora, salientar que relativamente à caixa capital não há qualquer problema. Relativamente a esta operação nós também iremos votar favoravelmente, com estas reservas que nós aqui colocámos. Sendo que, se houver qualquer alteração relativamente ao capital social da ICOVI, cá estaremos naturalmente para lembrar a votação que hoje aqui tivemos, esperamos sinceramente que isso não aconteça. Mas a reserva que nós colocamos, relativamente a esta operação é saber, no concreto, se a ICOVI tem ou não capacidade para gerar receita para fazer face às despesas, não há nenhuma informação disponível que nos permita concluir isso;

- Prof. Doutor João Correia não sendo aprioristicamente um entusiasta do uso que é feito muitas vezes das entidades municipais, na leitura da fundamentação desta proposta há um parágrafo que me chamou particularmente a atenção, o da reorganização administrativa e financeira da PARKURBIS;

- Dr. Pina Simão - deixo aqui informação, para os Senhores Deputados que têm dúvidas sobre a Empresa Municipal ICOVI, que uma das competências desta Assembleia é pedir informação sobre a vida das empresas municipais.

Pela 1.ª vez a Câmara arrisca-se a ser credora, é essa a dúvida que eu gostava de ver explicitada pelo Senhor Presidente da Câmara;

- O Senhor Presidente da Câmara informou que esta alienação tem a ver com dificuldades que vêm do passado, tem a ver com a dívida da construção dos edifícios onde funciona a PARKURBIS. A PARKURBIS não consegue gerar receita para fazer face aos encargos. Estando a ICOVI vocacionada para a gestão das infra-estruturas, entendemos que seria melhor ser a ICOVI a gerir esta infra-estrutura, não é o destino da PARKURBIS é gerir a dívida das infra-estruturas.

E respondeu às questões:

- Ao Senhor Dr. Paulo Tourais - Não vai haver transferência de capital, nem isso vai impedir o que quer que seja, porque é 100% detida pela Câmara Municipal;

- Ao Senhor Eng.º João Nuno Serra - previmos essas dificuldades, fizemos a análise cuidada e projectámos esta transacção e a ICOVI tem sustentabilidade financeira para suportar este montante;

- Ao Senhor Dr. Jorge Fael - As contas da ICOVI não são nenhum enigma, dado que elas foram prestadas em Maio, se não estou em erro, do corrente ano, não há alterações substanciais de então para cá;

- Ao Senhor Prof. Doutor João Correia - É nossa vontade envolver outras entidades na PARKURBIS, no sentido de nos ajudarem a desempenhar mais cabalmente a nossa função;

- Ao Senhor Dr. Pina Simão – Só em teoria Senhor Deputado. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Participações Sociais na Parkurbis: Alienação à ICOVI e Aquisição à Caixa Capital** foi a mesma **aprovada por maioria, com 40 votos a favor (PS, PSD e PCP) e 3 abstenções (MAC)**. -----

- Foi feita Declaração de Voto pelo Senhor Dr. Jorge Fael: “Nós votámos favoravelmente este ponto, mas queria deixar duas notas, em nome do Grupo do PCP, a 1.ª é que não ficou demonstrado que a Câmara Municipal não pudesse manter esta participação social, ou seja não foi por uma questão de eficiência, nem de eficácia que esta transferência é feita. É puramente financeira sobrecarregando uma Empresa Municipal cuja capacidade para gerar receita não ficou demonstrada. Oxalá não estejamos aqui no futuro a discutir a dissolução da ICOVI, ou os problemas financeiros da ICOVI, ou a celebração de um contrato programa entre a Câmara Municipal e a ICOVI para transferir os vinte mil e quinhentos euros mensais para a ICOVI depois pagar as despesas do ParKurbis.” -----

2.6 - ACORDOS DE EXECUÇÃO COM A FREGUESIA DE BOIDOBRA E PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO ANTERIORMENTE CELEBRADOS COM AS RESTANTES FREGUESIAS

--- Na sequência das deliberações da Câmara Municipal, tomadas nas reuniões de 03 de Outubro e 05 de Dezembro de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea K), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através dos ofícios n.ºs 4338 e 5378 de 08 de Outubro e 10 de Dezembro de 2014 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Acordos de Execução com a Freguesia de Boidobra e Proposta de Modificação dos Acordos de Execução anteriormente celebrados com as restantes Freguesias*** foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

2.7 – CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS: BOIDOBRA; BARCO E COUTADA; COVILHÃ E CANHOSO; ERADA - CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO DE REFEIÇÕES; PROLONGAMENTO DE HORÁRIO E TRANSPORTE ESCOLAR – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA

--- Na sequência das deliberações da Câmara Municipal, tomadas nas reuniões de 17 de Outubro e 12 de Dezembro de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea K), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através dos ofícios n.ºs 4556, 5453, 5460 e 5461 de 23 de Outubro e 16 de Dezembro de 2014 e seus anexos.-----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contrato de Delegação de Competências nas Freguesias: Boidobra; Barco e Coutada; Covilhã e Canhoso; Erada - Contratação de Pessoal para Acompanhamento do Serviço de Refeições; Prolongamento de Horário e Transporte Escolar - Escolas do 1.º Ciclo e Jardins de Infância** foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

2.8 – CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS: DOMINGUIO; VALE FÓRMOSO E ALDEIA DO SOUTO; VERDELHOS E PAUL

- CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA ACTIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA NO PRÉ-ESCOLAR

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 17 de Outubro de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea K), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 4557 de 23 de Outubro de 2014 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contrato de Delegação de Competências nas Freguesias: Dominguiso; Vale Formoso e Aldeia do Souto; Verdelhos e Paul - Contratação de Pessoal para Actividades de Animação e de Apoio à Família no Pré-Escolar**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

2.9 – CANDIDATURA AO EMPRÉSTIMO QUADRO (EQ) PARA CELEBRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA A COMPONENTE PRÓPRIA DO FINANCIAMENTO APROVADO DO PROJECTO DE INVESTIMENTO:

**- ELEVADOR DO JARDIM PÚBLICO;
- RENOVAÇÃO DO POSTO DE TURISMO DA COVILHÃ**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 17 de Outubro de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através dos ofícios n.ºs 4558 e 4559 de 2014.10.23 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Candidatura ao Empréstimo Quadro (EQ) para celebração de empréstimo para a componente própria do financiamento aprovado do Projecto de Investimento: Elevador do Jardim Público; Renovação do Posto de Turismo da Covilhã** foi a mesma **aprovada por unanimidade**.

2.10 – DELIMITAÇÃO DA ARU – CENTROS URBANOS:

COVILHÃ; PERABOIA; BOIDOBRA; FERRO; ALDEIA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS; ALDEIA DO SOUTO; CORTES DO MEIO; ERADA; ORJAIS; PAUL; SÃO JORGE DA BEIRA; SARZEDO; SOBRAL DE SÃO MIGUEL; TEIXOSO; TORTOSENDO; UNHAIS DA SERRA; VALE FORMOSO; COUTADA; BARCO; PESO; VALES DO RIO; DOMINGUIO; CASEGAS; OURONDO; CANHOSO; VERDELHOS; CANTAR-GALO E VILA DO CARVALHO

--- Na sequência das deliberações da Câmara Municipal, tomadas nas reuniões de 17 de Outubro, 07 e 21 de Novembro de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através dos ofícios n.ºs 4560/1/2/3, 5114/5/6/7/8/9, 5120/3/4/5/6/7/8/9, 5130/1/2/3/4/5/6/7/8/9 de 2014.10.23 e 2014.11.26 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente a Senhora Dra. Mónica Ramôa que perguntou qual é que foi a justificação da Câmara para optar por instrumento próprio e não por Plano de Pormenor (**doc.13**) e o Senhor Eng.º Jorge Vieira, com a anuência do Senhor Presidente da Câmara, informou: “Quando a Câmara se viu na necessidade de constituir a 1.ª ARU foi em relação à Cidade. E, foi em resultado de requisitos que nos foram impostos para nos podermos candidatar a Fundos Comunitários. Quando se reflectiu, sobre essa necessidade, chegou-se à conclusão que poderia ser também vantajoso estender esse procedimento às Freguesias Rurais, para que cada uma dessas áreas pudesse ter latitude suficiente para abarcar todos os projectos de investimento que, neste momento nós não sabemos quais serão no futuro, tiveram que ser delimitadas áreas com alguma dimensão. A elaboração de Planos de Pormenor, se fosse a figura a adoptar em todas elas, não só, por um lado, seriam em número e em quantidade demasiada como, também, incidiriam sobre áreas demasiado grandes para serem objecto de Plano Pormenor. E, portanto, parece que isso seria metermo-nos numa tarefa gigantesca. Por outro lado, a elaboração dos Planos de Pormenor tem, também, um período de elaboração grande. Os requisitos para os Planos de Pormenor, nomeadamente o cadastro, que é uma obrigação, se tivéssemos que ir fazer o cadastro dentro dessas áreas, para todas as ARUS que nós propusemos, eu acho que era um trabalho gigantesco que, se calhar, quando terminasse tinha perdido a sua utilidade. Portanto, o nosso objectivo primeiro era cumprir a condição de reunir o requisito das ARUS para a candidatura a Fundos Comunitários, esse era o primeiro objectivo, e para isso só a constituição da ARU já era suficiente. Associámos a isso a exploração de vantagens para os próprios particulares que pudessem motivá-los a fazer a recuperação

do seu património, foi outro aspecto que achámos que deveríamos aproveitar para incluir. Após esta fase inicial iremos trabalhar para cada uma delas, juntamente com as respectivas Juntas de Freguesia, aquilo que forem as operações de reabilitação que se considerar que são convenientes, que poderão não abarcar a totalidade da área delimitada, terão que se situar dentro da área delimitada.

Portanto, eu diria que, essa fase de tirar partido desta delimitação para algo mais, que não é apenas estarmos em condições de ir a Fundos Comunitários, acho que é a fase seguinte que teremos que delinear e ver com cada um dos casos, com cada um dos Presidentes de Junta, por um lado quais são os investimentos que eles próprios têm interesse em poder hipoteticamente vir a candidatar. Porque nós, também, ainda não temos, neste momento, consciência plena de quais serão as tipologias elegíveis para financiamento Comunitário. Portanto nós, digamos que, avançámos para um requisito um pouco às cegas, um pouco resultado de uma candidatura que apresentámos no âmbito do QREN, não do próximo Quadro Comunitário, mas para aproveitar sobras que estavam em overbooking. Ou seja, fizemo-lo numa realidade que não são os regulamentos do próximo Quadro Comunitário e como nós ainda não temos completa consciência do conteúdo desses regulamentos e do que é que nos vai ser oferecido, como oportunidade para candidatar financiamentos, de alguma forma esta é uma ferramenta que esperamos poder utilizar, mas de facto ainda não temos noção completa dos contornos que ela deve ter para podermos utilizá-la.

Tínhamos que dar este passo, tínhamos que trazer à Assembleia, como a Assembleia não reúne com tanta frequência como a Câmara, tínhamos que aproveitar a primeira reunião que se proporcionasse. E, é por isso que este assunto está agendado hoje e vem à decisão dos Senhores Deputados”.

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Delimitação da ARU – Centros Urbanos: Covilhã; Peraboa; Boidobra; Ferro; Aldeia de São Francisco de Assis; Aldeia do Souto; Cortes do Meio; Erada; Orjais; Paul; São Jorge da Beira; Sarzedo; Sobral de São Miguel; Teixoso; Tortosendo; Unhais da Serra; Vale Formoso; Coutada; Barco; Peso; Vales do Rio; Dominguiso; Casegas; Ourondo; Canhoso; Verdelhos; Cantar-Galo e Vila do Carvalho**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.

2.11 – DESAFECTAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PRIVADO – RUA HUMBERTO DELGADO, CANHOSO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 05 de Dezembro de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 5377 de 2014.12.10 e seus anexos.

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente a Senhora Dra. Mónica Ramôa (**doc.14**). -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Desafecção de Parcela de Terreno do Domínio Público Municipal para o Domínio Privado – Rua Humberto Delgado, Canhoso** foi a mesma **aprovada por maioria, com 39 votos a favor (PS, MAC e PSD) e 4 abstenções (PCP)**. -----

2.12 – PROC. N.º 317/09.9BECTB-A DO TAF DE CASTELO BRANCO – DESAFECÇÃO DE PARCELA DE TERRENO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 05 de Dezembro de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 5454 de 2014.12.16 e seus anexos.

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: Dra. Mónica Ramôa (**doc.15**); Dr. Pina Simão disse “Eu voto favoravelmente este ponto da Ordem de Trabalhos na condição de estar assegurada, ou estarem assegurados todos os direitos legítimos dos terceiros que contendam com a situação” e o Senhor Presidente da Câmara informou que estão salvaguardadas as questões de terceiros e foi com esta parcimónia, no conjunto e depois de algumas idas, com o Senhor Engenheiro, com a Senhora Doutora, com os Advogados das partes e com o Senhor Vereador Joaquim Matias, que arranjámos esta solução a contento de todos. Há aqui um problema que o Senhor Vereador Joaquim Matias reparou e bem, a acta contém uma omissão, na reunião de Câmara uma das condicionantes era que a porta que era janela seja objecto de licenciamento nos termos em que ela foi apresentada no Urbanismo, recentemente. Portanto, embora por essa porta não se possa entrar nem sair, terá que haver uma grade interior até ao nível do parapeito, uma coisa simples mas é uma condicionante que impusemos na Câmara, não constando ela da acta, eu proponho aos Senhores Deputados Municipais que aprovelem com essa condicionante. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proc. N.º 317/09.9BECTB-A do TAF de Castelo Branco – Desafecção de Parcela de Terreno** foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Foi feita Declaração de Voto pelo Senhor Eng.º Nuno Serra: “Votámos favoravelmente tendo em conta as condicionantes que foram aprovadas na Reunião de Câmara.” -----

2.13 – NOVA COVILHÃ, SRU: APROVAÇÃO DAS CONTAS DA LIQUIDAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO ACTIVO E PASSIVO AO MUNICÍPIO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 12 de Dezembro de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea n), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o n.º 2, do artigo 61.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, através do ofício n.º 5458 de 2014.12.16 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente a Senhora Dra. Mónica Ramôa que alertou para que, no futuro, seja tida a sensibilidade na resolução de situações de requalificação e regeneração urbana que não se esgotam nas ARU. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Nova Covilhã, SRU: Aprovação das Contas da Liquidação e Adjudicação do Activo e Passivo ao Município da Covilhã** foi a mesma **aprovada por maioria, com 4 abstenções (PCP)**. --

2.14 - REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 12 de Dezembro de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 5459 de 2014.12.16 e seus anexos. -----

- Este assunto foi retirado pelo Senhor Presidente da Câmara, para permitir a introdução de alterações que irão ser apresentadas, na próxima Sessão, pelo Grupo de Trabalho constituído pelos Líderes de Bancada das diversas forças políticas. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- O Senhor Hugo Ferrinho Lopes, Presidente da JSD, colocou questões sobre o desenvolvimento do processo de criação do Conselho Municipal da Juventude da Covilhã.

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o assunto está a ser tratado e brevemente haverá novidades. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezanove horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,